




CAPÍTULO 7

AS ORIGENS DO POSITIVISMO: UM OLHAR HISTÓRICO E IDEOLÓGICO

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.253152513107>

Ycarim Melgaço Barbosa

RESUMO: Este capítulo analisa os aspectos ideológicos do positivismo, desde suas origens no século XIX até sua persistência nas estruturas de racionalidade da modernidade. A partir da obra de Auguste Comte (1798–1857), o positivismo é interpretado não apenas como filosofia da ciência, mas como projeto de estabilização social fundado na fé no progresso e na ordem. Mostra-se como o pensamento comtiano, ao converter a ciência em dogma e a objetividade em norma, ofereceu à burguesia industrial uma ideologia de legitimação e de pacificação social. Com base em Amadeu Carvalho Homem, Jean Lacroix, Angèle Kremer-Marietti, Mary Pickering e Michael Singer, o texto evidencia que o positivismo construiu uma epistemologia da certeza e uma moral do produtivismo. Na sequência, examina-se sua transfiguração em racionalidade burocrática e tecnocrática, conforme Weber e Tragtenberg, e sua crítica pela Escola de Frankfurt especialmente Adorno, Horkheimer, Habermas e Marcuse que denunciam a passagem da razão emancipadora à razão instrumental. O estudo conclui que o positivismo, embora em declínio filosófico, permanece como mentalidade dominante, sustentando a ideologia da neutralidade científica e da eficiência técnica. Propõe-se, por fim, a teoria crítica e o pensamento sistêmico como caminhos de superação da fragmentação positivista e de reconstrução da razão emancipatória.

PALAVRAS-CHAVE: Positivismo; Auguste Comte; Racionalidade instrumental; Ideologia; Teoria Crítica; Tecnocracia.

THE ORIGINS OF POSITIVISM: A HISTORICAL AND IDEOLOGICAL PERSPECTIVE

ABSTRACT: This chapter examines the ideological aspects of positivism, tracing its development from the nineteenth century to its persistence in modern rationality. Based on the work of Auguste Comte (1798–1857), positivism is interpreted not merely as a philosophy of science but as a project of social stabilization grounded in faith in progress and order. Comte's thought, by turning science into dogma and objectivity into moral law, provided the industrial bourgeoisie with an ideology of legitimation and social pacification. Drawing on Amadeu Carvalho Homem, Jean Lacroix, Angèle Kremer-Marietti, Mary Pickering, and Michael Singer, the chapter highlights positivism's epistemology of certainty and its moralization of productivity. It then explores its transformation into bureaucratic and technocratic rationality as analyzed by Max Weber and Maurício Tragtenberg and its critique by the Frankfurt School, especially Adorno, Horkheimer, Habermas, and Marcuse, who expose the transition from emancipatory to instrumental reason. The chapter concludes that positivism, though philosophically waning, endures as a dominant mentality sustaining the ideology of scientific neutrality and technical efficiency. Finally, it suggests that Critical Theory and systems thinking offer pathways to overcome positivist fragmentation and reconstruct a truly emancipatory rationality.

KEYWORDS: Positivism; Auguste Comte; Instrumental reason; Ideology; Critical Theory; Technocracy.

INTRODUÇÃO

Para entender o positivismo, é necessário voltar ao século XIX, época de grandes transformações na Europa, marcadas pela Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Esses eventos alteraram profundamente a sociedade europeia, criando o contexto para o surgimento das ideias de Auguste Comte (1798–1857).

A Revolução Industrial fortaleceu a burguesia pelo avanço do capital e da tecnologia, enquanto a Revolução Francesa questionou a autoridade da monarquia e da Igreja, inaugurando novas formas de organização social baseadas na razão e no direito. Contudo, os processos de modernização geraram também contradições profundas: aumento das desigualdades, exploração do trabalho e a redução do indivíduo a mero componente da engrenagem produtiva.

Neste cenário, Comte propõe uma filosofia da ciência orientada para reorganizar a sociedade. Em sua obra “Cours de Philosophie Positive” (1830–1842), busca substituir a instabilidade política pela ordem fundada em leis científicas. Como observa Mike

Gane (2017), o positivismo comtiano nasce da “necessidade de estabilização social”, pretendendo unificar ciência, moral e política sob um princípio racional.

É importante ressaltar que Auguste Comte baseou-se principalmente no pensamento de Henri de Saint-Simon, seu mentor. Saint-Simon foi decisivo ao formular a ideia de que a sociedade humana é regida por leis históricas e tende ao progresso, depoimento que influenciou diretamente o positivismo. Comte trabalhou ao lado de Saint-Simon no início da vida intelectual e absorveu dele a visão de reorganização racional da ordem social a partir do conhecimento científico, ainda que posteriormente tenham rompido intelectualmente.

Além disso, Comte foi claramente influenciado pelo Iluminismo francês, sobretudo pela valorização da razão, do saber científico e da secularização das instituições. Os avanços da física (Newton), da astronomia e da biologia (Galileu, Lamarck) também inspiraram seu ideal de um conhecimento social regido por leis universais e objetivas, análogas às das ciências naturais.

Interessante notar que, antes de se tornar um sistema social e epistemológico, o termo “positivismo” já circulava na Europa. Mary Pickering (2011/2012), em “Le positivisme philosophique: Auguste Comte”, destaca que o vocábulo tem raízes no latim “ponere” (colocar) e “positus” (estabelecido). Desde o século XIII, “positivo” designava o que é instituído por homens ou por Deus. A partir do século XVI, ganha sentido epistemológico, ligado à certeza e à verificação empírica.

Angèle Kremer-Marietti (2006) traça uma das primeiras aparições da expressão “ciências positivas” aos ensaios de Juvenel de Carlenas (1740), nos quais a “História Natural” abarcava ciências fundadas na experiência, buscando exaltar a ordem e a sabedoria da natureza. Apesar da origem conciliadora entre empirismo e fé, pouco depois, autores como Jacques-André Naigeon, na “Encyclopédie méthodique”, usaram o termo “positivo” em sentido mais laico, opondo-o à teologia. Em 1800, Madame de Staël elogiou as “ciências positivas” por sua imparcialidade e precisão, em contraste com o campo das paixões políticas.

Os usos históricos do termo revelam que, antes de Comte, “positivo” expressava tensões entre fé e razão, empirismo e moralidade. Coube ao filósofo sistematizar essa ambiguidade, transformando-a em doutrina abrangente, que pretendia não apenas explicar a sociedade, mas também oferecer um novo projeto de organização social fundamentado em bases científicas.

A FACE BURGUESA DO POSITIVISMO: UMA ANÁLISE

A interpretação de Amadeu Carvalho Homem ([2001], 2021) lança luz sobre o positivismo como a ideologia ideal para a burguesia francesa em sua luta contra

o proletariado. Enquanto o marxismo, contemporâneo de Comte, convocava a revolta das massas, o positivismo recomendava “uma sábia resignação” diante do sistema capitalista.

Homem observa que, tanto em Comte quanto em Marx... Ambos, positivismo e marxismo, buscam validar suas ideias através da ciência. No entanto, para Comte, a ciência legitima a ordem e mitiga o debate, quase naturalizando a desigualdade. Como aponta Homem, “positivismo e marxismo, ambos, buscam suprimir opiniões divergentes, fundamentando-se no que consideram ser a clara evidência científica de suas premissas.” (HOMEM, [2001], 2021).

A principal distinção reside no fato de que o positivismo, ao contrário do marxismo, abraça a industrialização e a acumulação de capital como elementos do progresso civilizatório. Essa busca por objetividade científica, na verdade, acaba por sustentar politicamente a hierarquia social que emerge na sociedade burguesa. Desse modo, o lema comtiano “amor, ordem e progresso” é mais que uma declaração de princípios; é uma forma de justificar o sistema capitalista ascendente.

Positivismo e o imperativo da produção moral: da fé na ciência à ordem industrial, e vice-versa.

A face ideológica do positivismo revela-se, talvez, mais claramente no chamado produtivismo moral. Este, grosso modo, consiste na crença de que o avanço técnico e a disciplina fabril são inerentemente virtuosos, quase como se carregassem uma ética da pura eficiência. Nesse contexto, o trabalho e a produção ascendem ao patamar de valores supremos, e o desenvolvimento econômico é alçado à condição de lei natural da história humana.

Essa peculiar transmutação moral da técnica já havia sido perspicazmente notada no final do século XIX por R. P. Gruber, em sua obra “Le positivisme depuis Comte jusqu’à nos jours” (1893). Gruber, ao examinar a disseminação do comtismo na França e em outros cantos da Europa, identificou no positivismo uma espécie de “religião da produção”, destinada a suplantiar a busca pela transcendência por uma moral alicerçada na obediência e no rendimento. Para Gruber, Comte teria transferido à ciência o poder que antes repousava nas mãos da Igreja: o poder de determinar o significado da vida em sociedade. “O positivismo”, escreve Gruber (1893), “não eliminou o dogma, apenas o metamorfoseou em método; e o altar desse novo templo é, sem dúvida, a fábrica”.

Essa interpretação se mostra, de fato, notavelmente profética. O positivismo comtiano não se limitava a propor uma mera epistemologia; ele, na realidade, inaugurava uma nova forma de moralidade – a moral da produtividade. O lema “ordem e progresso” correspondia, na prática, à legitimação de uma sociedade

cuidadosamente estruturada em torno da produção incessante, da disciplina social rigorosa e da subordinação das massas à lógica técnica.

Herbert Marcuse (1964), por sua vez, interpreta essa racionalidade como o alicerce da dominação moderna: o domínio científico da natureza, que em tese deveria libertar o homem, paradoxalmente se converte em um instrumento de controle e de subordinação. “A técnica”, escreve Marcuse, “é a forma de organização e perpetuação de uma forma de vida que não admite alternativas” (MARCUSE, 1964). A ciência positiva, ao reduzir o conhecimento ao que é empírico e o empírico ao que é útil, acaba legitimando a administração total da realidade.

O ideal comtiano de uma “física social”, uma ciência supostamente capaz de prever e regular os fenômenos humanos é a expressão primordial dessa tendência. A sociedade passa a ser vista como uma máquina complexa, e o indivíduo, como uma mera engrenagem. Essa imagem de caráter mecanicista se reflete na própria linguagem do positivismo: termos como leis, funções, equilíbrio e normalidade expressam a transposição da lógica das ciências naturais para o intrincado campo social.

Max Weber (2012) identifica nesse processo a gênese da dominação racional-legal, fundada na impessoalidade das normas e na crença inabalável na competência técnica das instituições. Embora se mostre eficiente, essa forma de racionalidade acaba aprisionando o homem em uma “gaiola de ferro” (*stahlhartes Gehäuse*), onde a ação é guiada por regras e procedimentos, muitas vezes em detrimento da reflexão moral. Tal estrutura, pode-se argumentar, é herdeira direta do espírito positivo, o culto à regularidade, à previsibilidade e à ordem que, ao almejar eliminar o conflito, elimina, quiçá, também a liberdade.

Maurício Tragtenberg (2004) cunhou o termo “ideologia administrativa” para descrever esse fenômeno. Segundo Tragtenberg, o positivismo está no cerne da burocracia moderna, cuja legitimidade se apoia na crença de que o saber técnico é suficiente para solucionar os problemas sociais. Nas palavras do autor, “a dominação racional-legal se assenta sobre a crença de que o saber técnico é suficiente para resolver os problemas da vida social” (TRAGTENBERG).

Tragtenberg, ademais, identifica nesse modelo a transfiguração da moral em pura eficiência e da política em simples gestão. A burocracia, para ele, representa a institucionalização do positivismo em seu estado mais puro. O servidor público e o operário são igualmente moldados por uma racionalidade que preza a obediência, a ordem e a previsibilidade, e que reduz o agir humano à mera execução de meios previamente delineados.

Como bem observam Adorno e Horkheimer (2002), essa transformação da razão em cálculo frio conduz ao predomínio da chamada racionalidade instrumental: o esclarecimento, que outrora prometia libertar o homem do mito, se converte no mito da própria razão. A ciência, elevada ao status de dogma absoluto, acaba substituindo a reflexão ética. A crítica à quantificação ganha contornos maiores com Jürgen Habermas (1987), que introduz a ideia de “colonização do mundo da vida”. Essencialmente, ele aponta para a invasão dos espaços de comunicação e dos domínios simbólicos, algo que ocorre sob o jugo dos critérios de eficiência e controle.

Vista sob essa perspectiva, a filosofia positivista transcende a mera teoria científica, revelando-se como uma teoria política que se disfarça sob uma capa de neutralidade. Ao eliminar a dúvida, o conflito e a contradição e elementos, em geral, essenciais para uma reflexão crítica o positivismo estabelece um ambiente moralmente mudo, onde a obediência técnica suplanta a necessidade do debate ético.

Lucien Goldmann (1967), junto a Karl Mannheim (1952), auxilia na compreensão deste processo enquanto um fenômeno de cunho ideológico. Goldmann postula que cada forma de pensamento reflete, inevitavelmente, uma visão de mundo com raízes em uma classe social específica. Em complemento, Mannheim assevera que “toda concepção de mundo está socialmente situada e, por isso, é funcional para a manutenção de uma determinada estrutura de poder”. Assim, o positivismo, ao se mostrar como uma ciência universal e desinteressada, acaba por obscurecer sua conexão intrínseca com a classe que o originou: a burguesia industrial.

Neste cenário, o mito da eficiência emerge como uma espécie de fé secular, substituindo a teologia pela técnica e a ideia de salvação pelo imperativo do crescimento constante. A sociedade industrial, dessa forma, eleva a produtividade ao patamar de valor supremo, transformando o ser humano em um mero instrumento para fins que escapam ao seu controle. A ciência positiva, ao revestir este processo com uma aura de necessidade racional, legitima-o.

A expressão “ordem e progresso”, gravada na bandeira brasileira, condensa, portanto, um imaginário global mais amplo: o da modernidade, que enxerga na técnica o novo alicerce da legitimidade e na disciplina o preço a ser pago pela civilização. Assim, o positivismo, longe de se restringir a uma simples doutrina filosófica, constitui o mito fundador da racionalidade produtivista uma crença na regularidade e na capacidade de mensuração como garantias de verdade, justiça e, naturalmente, progresso.

Crítica à Metafísica e a Exaltação da Objetividade

O projeto de Comte surge em um contexto de afastamento da metafísica. Seu objetivo era liberar o pensamento de qualquer resquício especulativo, instituindo uma filosofia ancorada na observação e na verificação empírica. A metafísica, para Comte, representava um “estado intermediário” da mente humana, uma etapa de transição entre o pensamento teológico e o positivo, indicando, portanto, uma certa imaturidade intelectual. Em suas Lições de Filosofia Positiva (1830–1842), ele pondera que a humanidade alcança a maturidade ao renunciar às causas primárias, focando-se nas leis dos fenômenos (COMTE, 1978).

Tal renúncia constitui o cerne epistemológico do positivismo: a verdade, então, deixa de ser uma questão de essência e passa a ser uma questão de método. O conhecimento deve se ater ao que é observável, mensurável e, por fim, previsível. O real se manifesta no que pode ser quantificado. Assim, tudo que escapa à experiência como a moral, a estética ou a teologia é relegado ao campo da ilusão, ou da subjetividade.

Como aponta Kremer-Marietti (2006), Comte via na geometria analítica cartesiana o modelo da ciência positiva, unindo clareza lógica e precisão numérica, o encontro entre raciocínio e forma. A herança de Descartes é, portanto, clara: o mundo é concebido como um sistema vasto e ordenado, regido por leis expressas em equações. A objetividade, com isso, torna-se o dogma da razão moderna.

Contudo, Bonsack ([1960], 2021) adverte que essa rejeição da metafísica leva a uma mudança na própria ideia de razão. O positivismo, assim, não elimina o dogma, mas o transforma em método. A antiga fé religiosa cede espaço a uma fé científica, tendo como liturgia o experimento e como sacerdócio o especialista. “A metafísica,” escreve Bonsack (2021), “é substituída por uma nova transcendência: a da forma lógica e da regularidade dos fatos.”

A filosofia positiva, ao negar o ser em prol do fenômeno, acaba transformando o fenômeno em nova ontologia. A “realidade”, desse modo, passa a ser o que pode ser verificado o fato se torna a unidade mínima do mundo. Essa absolutização do fato empírico é o que Pickering (2011/2012) chama de fetichismo científico: a crença na infalibilidade do método, dispensando a reflexão sobre os fins.

O resultado é uma epistemologia sem sujeito uma ciência sem a consciência, reduzindo o homem a mero observador e a natureza a objeto. Essa cisão entre sujeito e objeto marca a racionalidade moderna. O sujeito perde sua dimensão ética e histórica; o objeto perde seu sentido simbólico. O conhecimento torna-se cálculo, e a verdade, desempenho.

Essa herança do pensamento comtiano será, futuramente, alvo da crítica da Escola de Frankfurt. Adorno e Horkheimer (2002), em *Dialética do Esclarecimento*, identificam no positivismo o auge do processo de autonegação da razão. A racionalidade científica, buscando eliminar o mito, acaba instaurando um novo: o da neutralidade técnica. “A razão,” escrevem os autores, “torna-se instrumento, reduzida ao cálculo de meios para fins que não discute” (ADORNO; HORKHEIMER, 2002).

Em suma, o positivismo é o ponto onde a razão se torna técnica e a objetividade, poder. A crítica à metafísica converte-se em culto à mensurabilidade. A verdade passa a ser questão de método, e o método, de poder. A busca pelo sentido do mundo transforma-se em administração do mundo. Essa metamorfose epistemológica tem implicações políticas. Ao suprimir a reflexão sobre os fins, o positivismo anula a crítica e, com ela, a emancipação. A objetividade serve como legitimadora da ordem. Assim, o positivismo realiza uma das mais eficazes operações ideológicas da modernidade: transformar a obediência à norma em sinônimo de racionalidade. em um sinal de progresso técnico, ao invés do contrário.

Em resumo, a proposta de Comte para a libertação da metafísica acabou se transformando em uma nova metafísica, agora com roupagem científica. O que deveria ser um método de caráter universal tornou-se um princípio de exclusão, onde tudo que escapa à quantificação é considerado inexistente. Nesse sentido, a filosofia positiva se assemelha a uma teologia da ciência moderna um sistema de crenças que se ergue sobre a negação de outras crenças.

A LEI DOS TRÊS ESTADOS E O TAL ESPÍRITO POSITIVO

Uma das formulações mais conhecidas do positivismo de Comte é a Lei dos Três Estados, apresentada em seu “*Cours de Philosophie Positive*” (1830–1842). Segundo Comte, a humanidade, no curso de seu desenvolvimento intelectual, atravessa três fases: o estado teológico, o estado metafísico e, finalmente, o estado positivo. Essa tríade não é meramente uma hipótese sobre o conhecimento; ela constitui uma verdadeira filosofia da história, uma narrativa de emancipação da razão que se pretende universal e, por assim dizer, definitiva.

No estado teológico, os seres humanos buscam explicar os fenômenos através da intervenção de entidades sobrenaturais deuses e espíritos que supostamente governam o mundo. Já no estado metafísico, essas divindades são substituídas por abstrações filosóficas; forças, essências, naturezas, que ainda preservam resquícios de transcendência. Por fim, no estado positivo, o espírito humano abandona a busca por causas últimas e passa a se concentrar na observação dos fatos, buscando formular leis regulares.

Conforme Comte (1978) afirma, “o espírito humano, ao renunciar ao conhecimento das causas absolutas, conquista o domínio do real”, o que acaba transformando uma limitação epistemológica em um triunfo para a civilização. A ignorância é, nesse caso, reconfigurada como um método: ao aceitar os limites do conhecimento, a ciência se torna, supostamente, infalível.

Essa concepção, como bem observa José Arthur Giannotti (1978), não é exatamente neutra. Ao transformar o progresso intelectual em uma sequência inevitável, Comte acaba convertendo uma hipótese sobre a evolução do conhecimento em uma norma moral e política. O avanço da ciência, então, deixa de ser uma mera possibilidade e se torna uma obrigação: “o progresso intelectual e moral”, como escreve Giannotti (1978), “é elevado à condição de dever histórico”. Dessa forma, a Lei dos Três Estados opera simultaneamente como uma descrição e uma prescrição: ela descreve a história do pensamento, mas também prescreve o seu rumo.

Jean Lacroix (1956) observa que essa lei reflete o espírito do século XIX, profundamente marcado pela crença no progresso e pela confiança na ciência como uma força civilizatória. Comte enxerga a humanidade como um organismo moral destinado à maturidade racional e essa maturidade, para ele, coincide com o advento da ciência positiva. O homem científico seria, portanto, o novo adulto da história; e a sociedade industrial, o seu destino mais que natural.

Michael Singer (2005) chama a atenção para o caráter quase teológico dessa construção: o positivismo, ao negar a transcendência religiosa, acaba criando uma transcendência imanente o culto ao progresso. O futuro se torna uma espécie de paraíso secular, e o cientista, o sacerdote dessa nova fé. Em suas palavras, “o positivismo funda uma religião sem Deus, cuja divindade é a Humanidade e cujo culto é o trabalho” (SINGER, 2005).

O que Comte chama de “espírito positivo” é, portanto, mais do que um simples método: é uma moral e uma política. A ciência deixa de ser apenas um meio para se tornar um fim em si mesma. A observação, a mensuração e a busca por regularidades se transformam em valores supremos. Essa absolutização da forma científica explica o fascínio que o positivismo exerceu sobre as elites técnicas e administrativas do século XIX: ele oferecia uma linguagem de poder e uma justificação racional para a manutenção da hierarquia social.

A Lei dos Três Estados também desempenha uma função ideológica importante: ela naturaliza a história. O curso da humanidade passa a ser visto como uma sequência inevitável, e as estruturas sociais como produtos de leis necessárias. Ao eliminar o acaso e a contingência, o positivismo elimina também o conflito e a política. A desigualdade, a dominação e a obediência são apresentadas. Não as vendo como

meras construções históricas, mas sim como manifestações de uma ordem que se acredita inerente à natureza.

Com essa perspectiva, torna-se evidente que o positivismo de Comte não se limita a descrever a racionalidade moderna; ele a eleva a um patamar quase sagrado. Sua crítica à metafísica, de fato, se transmuta em uma nova forma de metafísica, centrada na ciência. A ideia de progresso, que outrora prometia libertação, acaba por se cristalizar em um dogma. A humanidade, que almejava se emancipar da fé, paradoxalmente reencontra essa fé sob uma nova roupagem: a crença inabalável no método científico, na regularidade dos fenômenos e nas leis que os regem.

Em síntese, a Lei dos Três Estados emerge como o esteio simbólico da ideologia positivista. Ela traduz a firme convicção de que o conhecimento científico detém o poder de suplantar a política, e que a ordem social pode ser alcançada sem a necessidade de conflitos. Essa doutrina se apresenta como a solução ideal para uma sociedade que, emergindo de um período de revoluções, anseia por estabilidade; e para uma burguesia que, receosa do proletariado, necessita incutir a obediência como virtude e a ciência como um dogma inquestionável.

A RELIGIÃO DA HUMANIDADE E O CONTROLE SOCIAL

Nos derradeiros anos de sua trajetória, Auguste Comte radicalizou sua ambição de consagrar a ciência como o alicerce moral e espiritual da sociedade moderna. Em obras como o “*Système de politique positive*” (1851–1854), o filósofo transforma o positivismo em uma religião secular, completa com rituais, um calendário singular, dogmas, figuras santificadas e templos, todos dedicados à exaltação da Humanidade.

Essa guinada, longe de ser um mero desvio, representa o ápice lógico do projeto comtiano. Se a ciência é chamada a substituir a metafísica e a teologia, torna-se imperativo que ela ocupe o vazio simbólico deixado por elas: o da fé, da moral e do propósito existencial. Assim, o positivismo se metamorfoseia em uma “religião sem Deus”, cuja divindade é a própria Humanidade, “o Grande Ser”, e cuja meta primordial é garantir a estabilidade social e a obediência.

Como bem observa Feigl (2021), Comte almejava que essa nova religião fosse “inteiramente científica”, baseada em leis observáveis e aplicáveis ao comportamento humano. Seu intento não era de ordem espiritual, mas sim política: “A Religião da Humanidade”, escreve Feigl (2021), “não visa à salvação da alma, mas à pacificação da sociedade.” A fé positivista, portanto, troca a transcendência pelo controle.

Em substituição à Igreja Católica, Comte institui o “Sacerdócio Positivo” um corpo seletivo de “filósofos da humanidade” incumbidos de guiar moralmente as massas e de assegurar a harmonia entre as diferentes classes sociais. O proletariado

seria instruído para o trabalho árduo e a obediência, enquanto a burguesia seria preparada para o comando e a benevolência. O poder espiritual, que antes residia no clero, passa para as mãos da ciência. O cientista se torna o novo sacerdote; o laboratório, o novo altar sagrado.

O calendário positivista era repleto de comemorações em homenagem a figuras como Aristóteles, Dante, Descartes e César,

transformados em “santos leigos” da razão. As cerimônias deveriam ser acompanhadas de leituras públicas e hinos solenes dedicados ao Progresso e à Ordem. Trata-se, portanto, de um sistema completo de liturgia científica, no qual cada gesto simbólico visa reforçar a obediência à racionalidade técnica e à hierarquia social vigente.

Essa religião secular cumpre, assim, uma função primordialmente política: converter a ciência em um instrumento de controle social. Ao substituir a fé religiosa pela fé inabalável na técnica, Comte inaugura o paradigma da administração moral da sociedade, um modelo que, décadas mais tarde, inspiraria a racionalidade burocrática e o Estado tecnocrático do século XX.

Maurício Tragtenberg (2004) ressalta que o positivismo, ao propor uma moral fundada na ordem e na obediência, representa a matriz simbólica da burocracia moderna. Em sua análise, “a dominação racional-legal se assenta sobre a crença de que o saber técnico é suficiente para resolver os problemas da vida social” (TRAGTENBERG, 2004). O que Comte idealizou como sistema espiritual da ciência transforma-se, com o tempo, em racionalidade administrativa, na qual o poder se legitima pela competência técnica e o consenso se impõe por meio da norma.

Essa forma de racionalidade, como alertaram Adorno e Horkheimer (2002), pode conduzir a uma nova modalidade de mito: o mito da objetividade. A religião da humanidade, ao sacralizar a razão, O positivismo instrumental elimina o espaço para o dissenso, transformando o conflito numa espécie de erro a ser corrigido. Alcança-se uma certa “paz social”, sim, mas ao custo de qualquer crítica. A ordem, nesse contexto, se mantém menos pela força bruta e mais pela internalização das regras do jogo da produtividade.

Habermas (1987) estende essa análise ao falar da “colonização do mundo da vida”. Seria um processo onde a lógica técnica e administrativa invade as áreas simbólicas da nossa existência, trocando o diálogo e a reflexão ética por sistemas de comando e controle. De certa forma, a religião positivista já anunciava isso: ao reduzir a moral a um conjunto de regras científicas, transforma o viver numa operação e o sujeito num mero objeto de gestão.

Por isso, a “Religião da Humanidade” é mais que uma curiosidade da história das ideias; é, talvez, o embrião da modernidade disciplinar. O culto à lei, à hierarquia e à previsibilidade vira a base das instituições industriais e burocráticas. O positivismo, nessa fase religiosa, deixa claro algo que o século XX transformaria em realidade: a união entre o conhecimento e o poder.

Comte acreditava estar libertando a sociedade da superstição, claro. Mas, como notou Adorno (2002), “a razão, ao virar instrumento, repete o mito sob a forma da técnica”. Assim, a religião da humanidade seria o ponto onde o iluminismo reencontra o dogma, só que agora disfarçado de método científico.

DA METAFÍSICA À TECNOCRACIA: O DOGMA PERSISTE

A história do positivismo não termina com Comte, de fato. Sua lógica, a busca pela objetividade, a fé no método, a crença na neutralidade da razão continua no século XX e se transforma na tecnocracia, uma nova forma de fé.

Como diz Bonsack ([1960], 2021), o positivismo não acaba com a metafísica, apenas a reformula. “O dogma não some”, ele escreve, “mas se converte em método: a ciência herda da religião a necessidade de certeza e o dever de obedecer” (BONSACK, [1960], 2021). É importante notar isso: o positivismo não elimina a busca por uma verdade absoluta, só a leva para o campo da ciência.

A metafísica da essência dá lugar à metafísica da forma. O absoluto sai de Deus e passa a estar nas leis da natureza, nas estatísticas, nas equações. A verdade não é mais revelada, mas calculada. O cientista assume o papel do teólogo, e a previsão, o da profecia. Essa ligação simbólica entre religião e ciência explica como o positivismo se tornou a ideologia técnica do capitalismo moderno sem grandes problemas.

Pesqueux (2010, 2021) vê essa persistência como uma “epistemologia da certeza”, que sustenta as organizações modernas. Ao acabar com a dúvida, o positivismo cria o ambiente ideal para organizar a vida social de forma racional. A previsibilidade, o cálculo e o controle, valores importantes do mundo industrial viram os novos dogmas do progresso. “O positivismo”, escreve Pesqueux (2021), “não é só um jeito de conhecer, mas uma forma de organizar o mundo. Transforma a verdade numa questão de gestão.”

Essa racionalidade se manifesta em dois níveis. Na economia, justifica o produtivismo, a ideia de que o crescimento técnico e material é o que realmente importa. Na política, apoia a burocracia, vista por Weber (2012) como a forma mais racional e, ironicamente, a mais desumanizadora da modernidade. A sociedade vira uma máquina de previsões, e o indivíduo, uma peça nessa engrenagem.

Tragtenberg (2004) amplia essa crítica ao colocar o positivismo como a base da ideologia administrativa atual. O Estado burocrático, as empresas e as universidades são herdeiros dessa racionalidade, que transforma o conhecimento em ferramenta de controle e o funcionário num mero executor de ordens. “A administração”, diz Tragtenberg (2004, p. 63), “é o braço técnico da dominação racional-legal: nela, o poder se esconde por trás do discurso técnico.” “Sobre a Neutralidade.”

A tecnocracia, conceito que ganharia força no século XX, manifesta politicamente esse dogma positivista. Ela une ciência e poder, o cálculo e a ordem. A gestão das coisas substitui o governo das pessoas, e a engenharia social toma o lugar da política. A moralidade cede espaço à linguagem da performance. Adorno e Horkheimer (2002) já alertavam: “O progresso técnico, na verdade, é o progresso da dominação, não propriamente o da liberdade.”

Essa conexão entre o positivismo clássico e a racionalidade tecnocrática atual é o que Adorno denominou dialética do esclarecimento. É o processo em que a razão, buscando libertar a humanidade da superstição, paradoxalmente se converte em ferramenta de submissão. O espírito que antes anunciava emancipação por meio do saber agora gera obediência via eficiência. A técnica se torna, então, a nova ideologia e a objetividade, o novo dogma a ser seguido.

Dessa forma, o positivismo persiste como um sistema de crenças desprovido de transcendência, influenciando as instituições e o comportamento das pessoas. Ele valida a ordem econômica e política, usando uma fachada de neutralidade científica. Assim, transfere o poder da discussão para o campo da gestão. A tecnocracia seria o positivismo em sua fase de amadurecimento, um sistema de governo no qual o cálculo prevalece sobre a reflexão, e o desempenho supera o significado.

Afinal, a transição da metafísica para a tecnocracia nada mais é do que a história da persistência do dogma sob novas aparências. O que de fato se transformou não foi a estrutura simbólica da fé, mas sim seu foco: não depositamos nossa crença em deuses, mas em algoritmos; não acatamos a suposta vontade divina, mas sim a lógica dos indicadores. O positivismo, inicialmente concebido para libertar o ser humano de ilusões, acaba por aprisioná-lo na ilusão da tal objetividade.

O DECLÍNIO DO POSITIVISMO E A PERMANÊNCIA DE SUA INFLUÊNCIA

Da crença inabalável na ciência à frieza da racionalidade burocrática, o positivismo marcou profundamente o século XIX e início do XX. Sua influência ressoou em políticas governamentais, instituições acadêmicas e até mesmo nas linguagens especializadas da administração e engenharia. No entanto, com o passar dos anos, suas limitações teóricas tornaram-se cada vez mais evidentes, desafiando sua hegemonia.

Bruno Gentil (2002) observa que o declínio do positivismo coincidiu com a revelação das contradições inerentes ao progresso técnico e científico: desigualdades sociais persistentes, crises econômicas recorrentes e a brutalidade das guerras mundiais. A fé na ciência como redentora da humanidade, como pontua Gentil (2002), transformou-se em desilusão diante do uso da técnica para fins destrutivos e de controle. O positivismo, outrora promessa de emancipação, tornou-se, ironicamente, um instrumento de dominação.

Apesar do enfraquecimento de sua força filosófica, a herança positivista persistiu, principalmente na estrutura racional-legal das instituições modernas. Max Weber (2012) foi perspicaz ao identificar essa continuidade, descrevendo o modelo burocrático como o paradigma organizacional da modernidade.

Segundo Weber, a burocracia se fundamenta na crença na racionalidade das normas e na competência técnica das instituições. Essa forma de dominação racional, impessoal e previsível, é uma herança direta do espírito positivista. O ideal de ordem científica de Comte, em Weber, se transforma em uma técnica de administração do poder. A impessoalidade, a hierarquia e o cálculo substituem o carisma e a tradição como pilares da legitimidade.

Entretanto, Weber também alertava para o custo humano dessa racionalidade. A burocracia aprisiona o indivíduo em uma “gaiola de ferro” (*stahlhartes Gehäuse*), onde a ação se restringe ao cumprimento de regras e a liberdade se resume à obediência metódica. Esse diagnóstico antecipa o conceito de razão instrumental, desenvolvido por Theodor Adorno e Max Horkheimer (2002), descrevendo como a racionalidade moderna se torna um instrumento de controle e manutenção da ordem estabelecida.

Jürgen Habermas (1987) aprofunda essa crítica, argumentando que a racionalidade instrumental positivista se expandiu, colonizando o “mundo da vida” – as esferas da comunicação, cultura e subjetividade. O que antes era o domínio das relações éticas e simbólicas agora é regido por critérios de eficiência e desempenho. A linguagem se torna funcional, o diálogo, estratégico. A racionalidade técnica invade o cotidiano, substituindo o entendimento pelo cálculo pragmático.

Maurício Tragtenberg (2004) revisita essa discussão, argumentando que o positivismo persiste nas práticas administrativas e empresariais. A crença na neutralidade da técnica e na objetividade dos números é, para ele, uma forma contemporânea de alienação. “O administrador moderno”, escreve Tragtenberg (2004), “é o herdeiro do positivista: acredita que pode resolver problemas sociais com métodos científicos, sem perceber que esses métodos são parte do próprio problema.”

Em resumo, o declínio do positivismo não implicou o seu desaparecimento, mas sim a sua disseminação. O que antes era uma doutrina filosófica se transformou em senso comum técnico. A “ordem e o progresso” de Comte migraram para o vocabulário da eficiência, do planejamento e da gestão. O cientista cedeu lugar ao especialista, e o sacerdote da humanidade, ao gestor da produtividade.

Portanto, a herança ideológica do positivismo reside na racionalidade burocrática, o primado da norma sobre o significado, da técnica sobre a ética, do cálculo sobre a reflexão. Ao converter a verdade em método e o método em poder, o positivismo legou à modernidade um sistema de dominação que se perpetua justamente por se apresentar como neutro e, supostamente, racional.

Em última análise, o positivismo não desapareceu completamente: ele se diluiu no tecido do cotidiano, influenciando silenciosamente nossas ações e decisões. O positivismo persiste, embora de maneira sutil, na racionalidade que permeia a modernidade. Manifesta-se na linguagem dos relatórios, nos algoritmos que moldam a governança, nas métricas que avaliam o desempenho e na própria retórica da inovação. O que outrora fora a sua metafísica, essa sim, declinou; contudo, permanece inabalável a crença na regularidade e na previsibilidade, tidas como garantias tanto da verdade quanto do progresso.

POSITIVISMO E RACIONALIDADE INSTRUMENTAL: DA CIÊNCIA EMANCIPADORA À TÉCNICA DOMINADORA

No século XX, a Escola de Frankfurt articulou uma crítica notavelmente incisiva ao positivismo. Segundo seus autores, o projeto positivista que prometia libertar o ser humano das amarras da superstição e do jugo arbitrário da fé – ironicamente, acabou por inaugurar uma nova forma de sujeição: a submissão irrestrita à técnica e à racionalidade meramente instrumental.

Theodor Adorno e Max Horkheimer, em sua obra seminal “Dialética do Esclarecimento” (2002), identificam no positivismo tanto o ápice quanto a profunda crise da razão moderna. O esclarecimento, concebido para emancipar a humanidade, paradoxalmente, converte-se em seu oposto: “A razão, ao se tornar mero instrumento, reduz-se ao cálculo frio de meios para fins que sequer questiona” (ADORNO; HORKHEIMER, 2002). A lógica científica, ao divorciar-se da ética e da reflexão crítica, transforma-se num intrincado mecanismo de dominação.

É crucial ressaltar que essa análise não implica uma rejeição total da ciência, mas sim uma crítica contundente à sua absolutização. Adorno e Horkheimer demonstram que, ao relegar o sentido a um segundo plano e valorizar unicamente a eficiência, o positivismo insidiosamente converte o conhecimento em poder, e o poder em norma. O mundo passa a ser interpretado unicamente em função daquilo que pode ser

rigorosamente medido, precisamente previsto e meticulosamente controlado. Tudo aquilo que escapa a essa mensuração é sumariamente descartado como irracional.

Sob essa perspectiva, a razão deixa de ser intrinsecamente crítica e torna-se puramente funcional: seu papel primordial deixa de ser a busca pela compreensão do mundo e passa a ser, essencialmente, a sua administração eficiente. Essa racionalidade técnica se impõe a todos os domínios da vida – da economia à educação, da política à arte e transforma o indivíduo num mero executor de um sistema que o transcende. Como bem observa Adorno (2002), “a dominação da natureza inexoravelmente culmina na dominação do homem sobre o homem.”

A crítica da Escola de Frankfurt revela, portanto, o núcleo ideológico subjacente ao positivismo: sua fusão indissolúvel entre saber e poder, entre o cálculo frio e o comando autoritário. Aquilo que se apresenta sob o disfarce da neutralidade é, na realidade, o ponto cego crucial do poder moderno. A ciência, ao pretender-se desinteressada, torna-se, inadvertidamente, um poderoso instrumento de manutenção da ordem estabelecida e da perpetuação da desigualdade.

Essa constatação será mais tarde desenvolvida por Jürgen Habermas (1987), que enxerga no positivismo o paradigma da racionalidade instrumental, uma razão que trai o entendimento profundo em favor da mera eficácia, e que substitui o diálogo construtivo pela técnica impessoal. Habermas distingue, nesse contexto, duas formas distintas de racionalidade: a comunicativa, orientada para o consenso e a deliberação ética, e a instrumental, voltada primordialmente para a manipulação e o controle. O problema central da modernidade reside no fato de que a segunda colonizou a primeira: a técnica invadiu o espaço antes reservado à cultura e à política, transformando o agir humano numa mera operação mecânica.

Habermas (1987) denomina esse processo de colonização do mundo da vida, a expansão desenfreada dos sistemas técnicos e administrativos sobre as formas simbólicas da existência humana. A lógica implacável do desempenho e da eficiência, herdada diretamente do positivismo, invade a linguagem, a moral e até a subjetividade individual. A sociedade passa a ser regida por parâmetros estritos de produtividade, e o indivíduo, impiedosamente avaliado por sua estrita funcionalidade.

Essa crítica pungente também encontra ressonância em Herbert Marcuse (1964), que vislumbra na técnica moderna o prolongamento da dominação capitalista sob novas e insidiosas formas. Em “O Homem Unidimensional,” ele demonstra que a tecnologia não é neutra: carrega em si as estruturas intrínsecas de poder que a engendram. A sociedade industrial cria um homem “adaptado,” incapaz de transcender o sistema que o conforma. “A técnica,” escreve Marcuse (1964), “é o modo de organização e perpetuação de uma forma de vida que simplesmente não admite alternativas.”

Assim, o positivismo, longe de ter efetivamente desaparecido, sobrevive no âmago da racionalidade moderna em cada planilha fria, em cada algoritmo impessoal, em cada índice de desempenho aparentemente objetivo. Ele fornece o vocabulário do poder contemporâneo, a gramática sutil pela qual a dominação se exerce sob a sedutora aparência da objetividade. A burocracia, junto com suas manifestações contemporâneas, exemplifica essa tendência. As instituições, outrora ancoradas em moral ou tradição, agora buscam legitimação na eficiência, no método e, crucialmente, nos dados quantitativos. A técnica assume o papel de imperativo categórico, enquanto o cálculo se estabelece como a nova régua moral.

Nesse contexto, a racionalidade instrumental, como fruto tardio do positivismo, marca o ápice da modernidade: um período em que a razão abandona sua postura crítica e adota uma atitude conformista. O indivíduo moderno, embora rodeado de ferramentas e métricas, julga-se autônomo, quando, em verdade, encontra-se aprisionado à lógica da mensuração, o dogma da objetividade, legado de Comte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A IDEOLOGIA POSITIVISTA NA MODERNIDADE

Entender o positivismo significa, em grande medida, compreender o cerne ideológico que moldou a modernidade ocidental. Mais do que um mero sistema filosófico, ele se configurou como um autêntico projeto civilizatório, fundamentado na crença de que a ciência, expurgada de qualquer resquício metafísico, seria capaz de não só instaurar a ordem, mas também garantir o progresso. Sob essa promessa de racionalidade e, por conseguinte, estabilidade, o positivismo influenciou profundamente a epistemologia das ciências e a maneira como as sociedades modernas passaram a entender a si mesmas: como sistemas que se pretendiam previsíveis, mensuráveis e, acima de tudo, governáveis.

A trajetória iniciada por Auguste Comte (1798–1857) representou uma tentativa de reorganizar a estrutura do mundo social à luz das leis da ciência positiva. Seu famoso lema; “amor, ordem e progresso” – sintetiza a utopia de uma sociedade que seria regida pela razão, mas também evidencia a função política intrínseca à sua filosofia: a legitimação da então nascente ordem burguesa, fruto da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Conforme bem observou Amadeu Carvalho Homem ([2001], 2021), o positivismo ofereceu à burguesia uma doutrina de “sábia resignação”, uma moral científica que pregava a submissão. Sua racionalidade, portanto, não era neutra; ela representava a ideologia da estabilidade em um período marcado por intensas lutas sociais e pela ascensão do proletariado.

A crítica perspicaz de autores como Marcuse (1964) e Tragtenberg (2004) demonstra que, sob a aparente objetividade, o positivismo acabou servindo para naturalizar hierarquias preexistentes e, por conseguinte, consolidar a dominação tecnocrática. O trabalho, nesse contexto, transformou-se em um dever moral; a produção, em uma medida de virtude; e a ciência, na própria linguagem do poder. Essa “moral produtivista”, por sua vez, converteu a técnica em um valor supremo, instaurando uma ética da eficiência que, muitas vezes, substitui a reflexão profunda pela mera performance.

O espírito positivo, alicerçado na crença de que a verdade reside naquilo que é verificável, torna-se, na modernidade, a base da racionalidade burocrática e do culto à mensuração. Aquilo que antes era uma filosofia da ciência transforma-se em uma ontologia da norma: o mundo, para muitos, só existe na medida em que pode ser regulado, classificado e, essencialmente, previsto. O ser humano, por sua vez, passa a ser compreendido como um mero objeto de cálculo, uma engrenagem em uma máquina complexa, cujas leis parecem tão imutáveis quanto as da física.

Essa persistência da lógica positivista na cultura contemporânea foi diagnosticada com notável precisão por Max Weber (2012), ao descrever a burocracia como uma forma de dominação racional-legal. A eficiência e a previsibilidade, ao suplantarem o sentido e a ética, aprisionam o indivíduo em uma “gaiola de ferro” (*stahlhartes Gehäuse*) que, ironicamente, ele próprio construiu. Habermas (1987) aprofunda esse raciocínio ao afirmar que o positivismo preparou o terreno para a colonização do mundo da vida: a invasão dos espaços de comunicação e cultura pela lógica sistêmica da eficiência.

Ao longo do século XX, essa racionalidade se expandiu e consolidou o que Adorno e Horkheimer (2002) denominaram de razão instrumental: a conversão da razão em técnica, e da técnica em ideologia. O homem, que outrora buscava emancipar-se por meio da ciência, torna-se paradoxalmente dependente de seus próprios mecanismos de controle. A promessa iluminista de libertação pelo conhecimento resulta, de forma um tanto irônica, em submissão à objetividade.

A modernidade positivista é, portanto, o paradoxo do esclarecimento: quanto mais o homem adquire conhecimento, menos compreende; quanto mais domina a natureza, mais se torna escravo de sua própria racionalidade. Como alertava Adorno (2002), “a dominação da natureza culmina na dominação do homem sobre o homem”. A ciência, nesse contexto, deixa de ser uma mediação crítica e se transforma em um instrumento de administração.

Contudo, esse diagnóstico não nos conduz ao ceticismo absoluto, mas sim à urgência de reconstruir a própria razão. É nesse exato ponto que a Teoria Crítica, representada por autores como Adorno, Habermas, Horkheimer, Marcuse e

Tragtenberg se apresenta como um contraponto essencial e necessário. Ela não nega a importância da ciência, mas denuncia sua fetichização; não rejeita o progresso, mas exige que ele recupere seu sentido intrinsecamente humano e ético.

A crítica ao positivismo é, acima de tudo, uma defesa intransigente da razão reflexiva. No direito, essa mudança de perspectiva se reflete no pós-positivismo jurídico. Este, por sua vez, busca reconectar o direito com a moral e a dignidade humana, indo além da estrita legalidade formal de Kelsen e Hart. Já na administração, notamos isso nas abordagens participativas e sistêmicas, que resgatam a ideia de totalidade e interdependência social. De certa forma, isso ecoa o pensamento grego, que via o cosmos como um todo vivo, não uma máquina dividida.

Nesse contexto, o pensamento sistêmico oferece uma maneira de superar a visão fragmentada que herdamos do positivismo. Ele traz de volta a complexidade e a interconexão, reconhecendo que a realidade social não se limita a variáveis isoladas. Como Heráclito ensinou, não dá para entender a árvore sem ver a floresta e é essa visão global que a teoria crítica resgata e expande.

O positivismo, em última análise, é o mito fundador da racionalidade moderna – o mito da certeza, da regularidade e da neutralidade. Ao mesmo tempo, ele representa o limite histórico dessa mesma racionalidade. Sua crítica continua essencial porque, enquanto a ciência for usada como uma forma de poder, a filosofia deve continuar a desmascarar a ideologia da objetividade e devolver à razão seu poder de emancipação.

Como disse Maurício Tragtenberg (1971), “a ideologia positivista não é só uma teoria da ordem; é o jeito de pensar da sociedade industrial, que depende da submissão à racionalidade técnica para se manter unida”.

Enquanto a técnica for confundida com a verdade, o papel do pensamento e da filosofia será lembrar que toda ordem é uma escolha e que todo progresso pode ser uma forma de controle.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BONSACK, François. *La Métaphysique et la Science* [1960]. *The Philosophical Quarterly*, v. 10, n. 40, p. 89–103, 1960. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1746-8361.1960.tb00412.x>. Acesso em: 10 jul. 2021.

COMTE, Auguste. *Cours de Philosophie Positive*. Paris: Bachelier, 1830–1842.

COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva*. Tradução de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

FEIGL, Herbert. *The Scientific Outlook: Naturalism and Humanism*. In: *Encyclopaedia of Unified Science*, v. 2, Chicago: University of Chicago Press, 2021.

GANE, Mike. *Auguste Comte*. London; New York: Routledge, 2017.

GENTIL, Bruno. *La maison d'Auguste Comte, témoin de l'histoire du positivisme*. *Bulletin de la SABIX*. Paris: OpenEdition Journals, 2002.

GIANNOTTI, José Arthur. Introdução. In: COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

GOLDMANN, Lucien. *Le Dieu Caché: Étude sur la Vision Tragique dans les Pensées de Pascal et dans le Théâtre de Racine*. Paris: Gallimard, 1967.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria da Ação Comunicativa*. Vol. I: Racionalidade da ação e racionalização social. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

HART, H. L. A. *The Concept of Law*. Oxford: Clarendon Press, 1961.

HOMEM, Amadeu Carvalho. *O Positivismo perante as propostas Marxista e Demoliberal* [2001]. *Análise Social*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218726831U2iVW0ga3Ey09LP6.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Tradução de João Baptista Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KREMER-MARIETTI, Angèle. *Le positivisme d'Auguste Comte*. Paris: L'Harmattan, 2006.

KREMER-MARIETTI, Angèle. *Le concept de science positive: ses tenants et ses aboutissants dans les structures anthropologiques du positivisme*. Paris: L'Harmattan, 2007.

LACERDA, Gilberto Bercovici. "Augusto Comte e o 'positivismo' redescobertos". *Revista Sociedade e Cultura*, 2009.

LACROIX, Jean. *La Sociologie d'Auguste Comte*. Paris: Presses Universitaires de France, 1956.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia: uma introdução à sociologia do conhecimento*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1952.

MARCUSE, Herbert. *One-Dimensional Man: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society*. Boston: Beacon Press, 1964.

OLIVEIRA, Cíntia Grecco de. "A Matriz Positivista na Educação Brasileira". UNIESP, 2017.

PESQUEUX, Yvon. *Pour une Épistémologie des Organisations* [2010]. Paris: CNAM, 2021. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00510860/document>. Acesso em: 27 jun. 2021.

PICKERING, Mary. *Le Positivisme philosophique: Auguste Comte. Revue interdisciplinaire d'études juridiques*, Bruxelles, v. 67, p. 49–67, 2011/2012. Éditions des Presses de l'Université Saint-Louis.

PINHEIRO, Maxmiliano Martins. "Revisitando a Objetividade no Positivismo de Augusto Comte". *FINOM – Humanidade e Tecnologia*, 2025.

Portal Amelica. "O positivismo de Auguste Comte e a educação científica". Sistema Maxwell.

SINGER, Michael. *The Legacy of Positivism*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

TRAGTENBERG, Maurício. *Administração, poder e ideologia*. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. *A Teoria Geral da Administração é uma Ideologia? Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 7–15, out./dez. 1971.

WEBER, Max. *História Econômica Geral*. Tradução de Calógeras Pacheco. 4. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2012.